



**ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA**

PROJETO DE LEI Nº. 017/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

“Reestrutura tabelas específicas integrantes do Anexo IV e V da Lei nº 054/01-SMG, de 01 de dezembro de 2001 – Plano de Cargos e Vencimentos do Servidor Público, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Formosa, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a Reestruturação, através do desmembramento da Tabela de Vencimentos I do Grupo Ocupacional: Administrativo Financeiro e Operacional, integrante do anexo V da Lei nº. 054/01-SMG; sendo então criado, no anexo IV (Especificação dos Cargos) um novo Grupo Ocupacional, intitulado de Grupo Ocupacional: FISCO - Fiscalização Tributária Municipal, ao qual será composto pelo Cargo de Fiscal de Tributos Municipais (tabelas encaminhadas anexo a esta presente lei).

I – Ficam mantidos os Títulos e Descrições, do anexo IV (Especificação dos Cargos) do Cargo de Fiscal de Tributos Municipais especificado na Lei nº. 054/01-SMG, que agora passa a compor o novo Grupo Operacional: FISCO – Fiscalização Tributária Municipal, exceto, a exigência do pré-requisito para a progressão vertical da Classe I para Classe II que será de 05 (cinco) anos de pleno exercício na Classe I.

II – Fica criado e acrescenta-se ao anexo V (Tabela de Vencimentos) a Tabela I FISCO (encaminhada em anexo a esta presente lei).

III - Ficam preservados todos os Direitos e Vantagens da Lei nº. 054/01-SMG e suas modificações acrescentadas pelas Leis nº. 207/04-SMG e Lei nº. 200/03-SMG; e demais Leis, Portarias e Decretos conexos, ao cargo realocado no novo Grupo Ocupacional: FISCO – Fiscalização Tributária Municipal, lhes assegurando todos os direitos e vantagens; tais como: quinquênios, gratificações, progressões verticais e horizontais, adicional de produtividade, dentre outros.



**ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA**

PROJETO DE LEI Nº. 017/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Art. 2º - A realocação de Nível, na Tabela de Vencimentos do anexo V da Lei nº. 054/01-SMG, dos ocupantes do cargo de Fiscal de Tributos Municipais, constante do Grupo Ocupacional: FISCO – Fiscalização Tributária Municipal, cuja criação está expressa no artigo anterior, será da seguinte forma:

I - O Nível inicial (ocupantes da Classe I) será o Nível 8.

II- O Nível Final (ocupantes da Classe II) será o Nível 10.

Parágrafo Único. Aos Fiscais de Tributos Municipais aposentados e pensionistas do Município de Formosa-GO, são estendidos os benefícios desta Lei, no que se refere ao vencimento básico e vantagem pecuniária fixa, criadas em Lei, nos termos do § 8º do art. 40 da Constituição Federal. Bem como os reajustes dos vencimentos, aos quais serão de acordo com os ganhos positivos na data base (pelo INPC), todo mês de janeiro de cada ano.

Art. 3º. Os vencimentos dos servidores ocupantes do cargo de Fiscal de Tributos Municipais, não poderão exceder ao subsídio de secretário municipal.

Art. 4º- As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta da dotação própria do vigente orçamento.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Prefeitura Municipal de Formosa, em ____ de _____ de 2016.


**ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
PREFEITO MUNICIPAL**



**ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA**

PROJETO DE LEI Nº. 017/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

SUMÁRIO

Grupo Ocupacional: Administrativo, financeiro e Operacional

TABELA I

(...)

Grupo Ocupacional: FISCO – Fiscalização Tributária Municipal

TABELA I FISCO

N 08 - Fiscal de Tributos Municipais Classe I

N 10 - Fiscal de Tributos Municipais Classe II

Grupo Ocupacional: Saúde

TABELA I S

(...)

TABELA II S

(...)



**ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA**

PROJETO DE LEI Nº. 017/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

JUSTIFICATIVA:

Pelo presente, tenho a honra de enviar a Vossas Excelências para a apreciação de este Egrégio Poder Legislativo, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre o a Reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da carreira de Fiscal de Tributos Municipais da Prefeitura Municipal de Formosa.

A exemplo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios do Brasil, dentre os quais se destacam o de Goiânia, de Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, dentre mais alguns, os servidores da Fiscalização Tributária Municipal tem Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos diferentemente dos demais servidores da administração pública.

Essa particularidade, ou melhor, a diferenciação, decorre de expressa disposição contida na Constituição Federal, a qual, no inciso XVIII, de seu artigo 37 estatui que “a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei”.

A precedência a que se refere à Carta Magna, inclui, indubitavelmente, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos específico e de diferenciada daquele dirigido aos demais servidores da administração, não só pela natureza como pela complexidade e especificada dos trabalhos e tarefas a que estão obrigados o servidor ligados à Fiscalização tributária.

A CF estabelece que a administração fazendária deva ser exercida por servidores de carreiras específicas (art. 37, XXII da CF), e além do mais, o constituinte veio conferir tratamento especial ao servidor da administração tributária, sobrelevando à condição de Carreiras de Estado, fortalecendo sobremaneira as carreiras fazendárias titulares da competência indelegável de arrecadação e fiscalização de tributos.

A importância enfatizada pela Constituição Federal destaca nada mais nada menos, a relevância da administração fazendária no contexto da Administração Pública. Ora, diante dos dispositivos trazidos ao corpo da Constituição, é imperiosa a conclusão de que há o reconhecimento de sua essencialidade ao funcionamento do Estado através da especificidade das carreiras de servidores que a integram, da prioridade no repasse de recursos para que possa desenvolver suas atividades e da garantia da vinculação de receitas.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI Nº. 017/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Juntamente com outras carreiras exclusivas de Estado, dentro da Administração Pública, como os militares, Seção III do mesmo Capítulo; os servidores fiscais tributários têm tratamento destacado por sua essencialidade no funcionamento do Estado. Outras atividades de Estado são tratadas em Capítulos específicos ao logo da Carta Magna.

Predica o Deputado Federal João E. Dado L. de Carvalho, também componente da Administração Tributária do Estado de São Paulo licenciado, que “tributo é o sangue que dá vida ao Estado Moderno”. Assim, administrar o tributo é permitir que o Estado tenha recursos para exercer seu papel de atender à nação nas suas funções básicas que são prover segurança, saúde, justiça, educação e equidade.

O Município recebe da constituição o “poder-dever” de instituir e cobrar os tributos, mas para a consecução eficiente e eficaz desses, faz-se necessário desenvolver os meios e instrumentos necessários para exigir o seu. Dessa forma é necessário que dentro do aparelho estatal seja criada uma estrutura adequada para arrecadar e fiscalizar os imposto, taxas e demais tributos.

A Emenda 42/03 reconheceu a importância de outorgar tratamento diferenciado a determinadas carreiras, salvaguardando seus agentes de intromissões indesejáveis. E é o que esta Administração tem outorgado aos seus funcionários.

A esse respeito JUAREZ DE FREITAS, em parecer aborda os efeitos da Emenda 42/03, conclui: O Fiscal Tributário, ao exercer funções típicas e finalística de Estado (funções essenciais) merece a proteção de robustos anteparos formais e substanciais contra os voluntarismos persecutórios ou enxugamentos fiscais lineares. Por fim, resta afirmar que ao sobrepujar as carreiras da Administração Tributária ao patamar de Carreira de Estado, o legislador salvaguardou não apenas o interesse dos servidores, mas também o dos administrados e o do próprio Estado/Município. Organizar os agentes fazendários em carreiras específicas e conceder-lhes o status constitucional de integrantes de Carreiras de Estado (assim como faz com os membros do Ministério Público, Procuradores e outras carreiras estratégicas para o Estado/Municípios) é propiciar ao servidor estabilidade e segurança no desempenho de suas funções, é proporcionar ao agente o destemor no cumprimento de seu dever legal, é viabilizar ao agente o exercício pleno e escoreito da sua atividade, o que por corolário, servirá ao incremento da arrecadação e contemplará o princípio da eficiência.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI Nº. 017/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Os destaques que a Constituição Federal reservou para a Administração Tributária são de duas naturezas: objetiva e subjetiva. Isto é, natureza objetiva quando se observa a estrutura da administração tributária, integrada no âmbito federal, estadual e municipal, unitária, determinando sua essencialidade ao funcionamento do Estado, com suas atividades sendo exercidas com precedência por carreiras específicas, com recursos prioritários para a realização de seus propósitos, inclusive com previsão de vinculação da arrecadação de impostos, conforme artigo 167, inciso IV da CF. Quanto à natureza subjetiva dos destaques, a CF elegeu o servidor fazendário que ao ser empossado nas carreiras específicas da Administração Tributária deve ter precedência, dentro de sua área de competência e jurisdição, sobre os demais setores administrativos. Assim, o inciso XVIII, combinado com o inciso XXII, do artigo 37 é expresso e direto ao determinar que o indivíduo empossado no cargo da carreira específica de servidor fiscal terá precedência sobre os demais setores administrativos. Coexistem as duas naturezas da administração tributária: a organização e ação da administração tributária como órgão e o agente executor de ações e co-organizador desse mesmo órgão, o servidor fiscal.

Resta evidente, pois, que os recursos prioritários à Administração, a vinculação orçamentária a que faz jus, a exigência de carreira específica, vem enaltecer sua importância na Administração Pública. E isso se faz com razão na medida em que, em última instância, é justamente o Fisco que custeia todas as atividades administrativas. Nesse sentido faz-se mais do que necessário seu fortalecimento e ascendência sobre os demais setores da Administração através da sua valoração o qual contribui para o desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização e reorganização do serviço público.

Conforme prescrito na Lei Maior, tanto a Administração tributária quanto o seu agente fiscal, a pessoa física empossada no cargo, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, têm precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei, entendendo-se, ainda que a precedência da Fiscalização Tributária, sobre os demais setores administrativos, atribuída pela CF não se limita apenas ao exercício de suas funções típicas relacionadas ao seu cargo, mas inclui a sua preferência no momento em que a Administração Pública produz Lei Orçamentária destinando verbas para o aperfeiçoamento técnico-profissional de seus servidores ou institui Lei de Plano de Cargos e Salários onde fixa padrões de vencimento e traça suas carreiras.



**ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA**

PROJETO DE LEI Nº. 017/2016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O aperfeiçoamento de seus mecanismos de arrecadação deve ser permanente para que promova o princípio da eficiência na ação de arrecadação e fiscalização de tributos, pois é de suma importância tanto para o Poder Público como para o administrado.

Esse entendimento de que os servidores fiscais são indivíduos que devem ser protegidos, estimulados e incentivados pelo Estado dentro da Administração Tributária não é inovação contida em nossa Lei Maior, mas é fruto da observação histórica de os Estados verem garantidos recursos para fazerem frente às suas necessidades orçamentárias.

Outros sim, é importante salientar que os Fiscais Tributários do município de Formosa-GO, desde o ano 2000, tem aos seus vencimentos o acréscimo de adicional de produtividade fiscal, através de Decreto; fato este que já possuem o direito adquirido para tal remuneração. Sendo que este projeto de lei, ora apreciado, está somente regularizando em dispositivo legal tais vantagens e garantias. Lembrando que não se está dando aumento de salário, mas apenas recompondo os mesmos.

São estes, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, os esclarecimentos necessários à boa compreensão do presente projeto de lei, seu alcance, ao final, o qual, caso seja aprovado, trará benefícios não apenas para a classe dos servidores do quadro da Fiscalização Tributária, mas, sobretudo à administração fazendária no particular e à administração do Município em geral, fortalecendo-o e provendo-o de recursos necessários à satisfação de suas necessidades diurnas.

À oportunidade, renovo a Vossas Excelências, protesto de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
Prefeito Municipal



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA

TABELA I FISCO
GRUPO OCUPACIONAL: FISCO – Fiscalização Tributária Municipal

REFERÊNCIA															
NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.244,00	R\$ 2.288,88	R\$ 2.334,66	R\$ 2.381,35	R\$ 2.428,98	R\$ 2.477,56	R\$ 2.527,11	R\$ 2.577,65	R\$ 2.629,20	R\$ 2.681,79	R\$ 2.735,42	R\$ 2.790,13	R\$ 2.845,93	R\$ 2.902,85
2	R\$ 2.420,00	R\$ 2.468,40	R\$ 2.517,77	R\$ 2.568,12	R\$ 2.619,49	R\$ 2.671,88	R\$ 2.725,31	R\$ 2.779,82	R\$ 2.835,42	R\$ 2.892,12	R\$ 2.949,97	R\$ 3.008,97	R\$ 3.069,15	R\$ 3.130,53	R\$ 3.193,14
3	R\$ 2.662,00	R\$ 2.715,24	R\$ 2.769,54	R\$ 2.824,94	R\$ 2.881,43	R\$ 2.939,06	R\$ 2.997,84	R\$ 3.057,80	R\$ 3.118,96	R\$ 3.181,34	R\$ 3.244,96	R\$ 3.309,86	R\$ 3.376,06	R\$ 3.443,58	R\$ 3.512,45
4	R\$ 2.928,20	R\$ 2.986,76	R\$ 3.046,50	R\$ 3.107,43	R\$ 3.169,58	R\$ 3.232,97	R\$ 3.297,63	R\$ 3.363,58	R\$ 3.430,85	R\$ 3.499,47	R\$ 3.569,46	R\$ 3.640,85	R\$ 3.713,67	R\$ 3.787,94	R\$ 3.863,70
5	R\$ 3.221,02	R\$ 3.285,44	R\$ 3.351,15	R\$ 3.418,17	R\$ 3.486,54	R\$ 3.556,27	R\$ 3.627,39	R\$ 3.699,94	R\$ 3.773,94	R\$ 3.849,42	R\$ 3.926,41	R\$ 4.004,93	R\$ 4.085,03	R\$ 4.166,73	R\$ 4.250,07
6	R\$ 3.543,12	R\$ 3.613,98	R\$ 3.686,26	R\$ 3.759,99	R\$ 3.835,19	R\$ 3.911,89	R\$ 3.990,13	R\$ 4.069,93	R\$ 4.151,33	R\$ 4.234,36	R\$ 4.319,05	R\$ 4.405,43	R\$ 4.493,54	R\$ 4.583,41	R\$ 4.675,07
7	R\$ 3.897,43	R\$ 3.975,38	R\$ 4.054,89	R\$ 4.135,99	R\$ 4.218,71	R\$ 4.303,08	R\$ 4.389,14	R\$ 4.476,93	R\$ 4.566,47	R\$ 4.657,79	R\$ 4.750,95	R\$ 4.845,97	R\$ 4.942,89	R\$ 5.041,75	R\$ 5.142,58
8	R\$ 4.287,18	R\$ 4.372,92	R\$ 4.460,38	R\$ 4.549,59	R\$ 4.640,58	R\$ 4.733,39	R\$ 4.828,06	R\$ 4.924,62	R\$ 5.023,11	R\$ 5.123,57	R\$ 5.226,05	R\$ 5.330,57	R\$ 5.437,18	R\$ 5.545,92	R\$ 5.656,84
9	R\$ 4.715,90	R\$ 4.810,21	R\$ 4.906,42	R\$ 5.004,55	R\$ 5.104,64	R\$ 5.206,73	R\$ 5.310,86	R\$ 5.417,08	R\$ 5.525,42	R\$ 5.635,93	R\$ 5.748,65	R\$ 5.863,62	R\$ 5.980,90	R\$ 6.100,51	R\$ 6.222,52
10	R\$ 5.187,48	R\$ 5.291,23	R\$ 5.397,06	R\$ 5.505,00	R\$ 5.615,10	R\$ 5.727,40	R\$ 5.841,95	R\$ 5.958,79	R\$ 6.077,97	R\$ 6.199,52	R\$ 6.323,52	R\$ 6.449,99	R\$ 6.578,99	R\$ 6.710,56	R\$ 6.844,78